

## SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO/JAGUARIUNA

## Termo de Referência 26/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2026	932929-SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO /JAGUARIUNA	ALICE BORTOLOTTI Valsechi	11/05/2026 10:50 (v 0.24)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		86/87

## 1. TERMO DE REFERÊNCIA

## 1.1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada para o **fornecimento de montante energia elétrica de fonte Incentivada, no Ambiente de Contratação Livre - ACL**, a ser entregue no Centro de Gravidade do Submercado Sudeste (SE/CO), e disponibilizada no **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna - SAAEJA**.

**1.2** A presente licitação tem por finalidade a **aquisição de energia elétrica de longo prazo pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA**, na condição de agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, destinada ao atendimento das demandas operacionais dos sistemas de **captação, tratamento, reserva e distribuição de água potável**, bem como dos sistemas de **coleta, transporte e tratamento de esgotamento sanitário**, no Município de Jaguariúna/SP.

**1.3** A energia elétrica deverá ser disponibilizada, conforme o cronograma e especificações constantes do Item 3 deste Termo de Referência, no **Centro de Gravidade do Submercado Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO)**, sendo destinada ao atendimento das **07 (sete) unidades consumidoras de alta tensão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA**, objeto desta contratação.

**1.4** O fornecimento ocorrerá por meio da concessionária local de distribuição de energia elétrica, **Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL**, concessionária outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para o atendimento da região, nos termos da legislação aplicável ao setor elétrico.

As unidades consumidoras contempladas nesta contratação estão localizadas no Município de Jaguariúna/SP, conforme relação abaixo:

<b>Código da UC</b>	<b>Endereço</b>	<b>Município/UF</b>	<b>Razão Social</b>
3060001767	Rua Maranhão, s/n	Jaguariúna/SP – CEP 13911-416	SAAEJA
3060010113	Rodovia SP-95, s/n – Captação de Água	Jaguariúna/SP – CEP 13910-078	SAAEJA
3060009718	Rua Pacífico Moneda, nº 1000	Jaguariúna/SP – CEP 13914-552	SAAEJA
3060003387	Rua Alfredo Bueno, nº 1235 – Jardim Berlim	Jaguariúna/SP – CEP 13919-140	SAAEJA
4001337722	Estrada Municipal de Jaguariúna, nº 369 / 1000	Jaguariúna/SP – CEP 13910-001	SAAEJA
4002129920	Praça das Andorinhas, s/n	Jaguariúna/SP – CEP 13919-138	SAAEJA
3060010288	Estrada Municipal Guedes, s/n	Jaguariúna/SP – CEP 13910-001	SAAEJA

**1.5** A prestação dos serviços, objeto da licitação, será regida pela legislação aplicável ao setor elétrico, em especial ao contido na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, na Lei 10.604, de 17 de dezembro de 2002, na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 2.655, de julho de 1988, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, e nas resoluções da ANEEL vigentes e pertinentes.

## **2. JUSTIFICATIVA**

### **2.1 DA JUSTIFICATIVA:**

O Mercado Livre de Energia vem se consolidando no país como um ambiente seguro e eficiente para a aquisição de energia elétrica, proporcionando maior competitividade entre fornecedores e maior flexibilidade nas condições de contratação. Nesse modelo, os

consumidores podem negociar diretamente com geradores e comercializadores, definindo preços, prazos e condições contratuais mais adequadas às suas necessidades.

Dessa forma, a adesão ao Mercado Livre de Energia possibilita ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna - SAAEJA a busca por melhores condições comerciais na contratação de energia elétrica, contribuindo para a otimização dos recursos públicos e potencial redução dos custos operacionais relacionados ao consumo de energia. Considerando que os sistemas de captação, tratamento e distribuição de água demandam elevado consumo energético, a contratação nesse ambiente pode representar significativa economia financeira, além de maior previsibilidade e eficiência na gestão dos gastos com energia elétrica.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna enquadra-se como consumidor livre no âmbito do Mercado Livre de Energia, podendo adquirir energia elétrica diretamente de geradores e /ou comercializadores, por meio de contratos bilaterais com condições livremente negociadas entre as partes.

Nesse modelo de contratação, cada unidade consumidora permanece conectada à rede da concessionária de distribuição local, responsável pela prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, sendo devido o pagamento da respectiva fatura pelos encargos de uso da rede. Paralelamente, o SAAEJA realiza o pagamento de uma ou mais faturas referentes à compra da energia elétrica contratada junto aos geradores ou comercializadores, conforme as condições estabelecidas nos contratos firmados.

## **2.2 DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

A vedação à participação de consórcios na presente licitação fundamenta-se no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, o qual confere à Administração Pública a prerrogativa de admitir ou restringir a participação consorciada, desde que mediante justificativa técnica e devidamente motivada no processo administrativo.

No caso concreto, a restrição mostra-se adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, em razão das características específicas do objeto, qual seja, o fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), atividade que não demanda execução material complexa, tampouco a conjugação de múltiplas expertises técnicas complementares.

Trata-se de contratação cuja execução se dá predominantemente no âmbito comercial, regulatório e sistêmico, envolvendo agentes devidamente habilitados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), os quais, por exigência do próprio setor elétrico, já devem comprovar capacidade técnica, regularidade operacional e lastro energético suficiente para atuação individual no mercado.

Nesse contexto, não se identifica qualquer necessidade de formação de consórcios para fins de ampliação de capacidade técnica ou econômico-financeira, uma vez que:

- os agentes comercializadores atuam individualmente no ACL, sob regras regulatórias rigorosas;
- a habilitação no mercado pressupõe atendimento prévio a requisitos técnicos e garantias financeiras junto à CCEE;
- o objeto contratual não envolve execução de obras ou serviços de engenharia de elevada complexidade que justifiquem a soma de capacidades.

Ademais, a admissão de consórcios, no presente caso, poderia implicar incremento desnecessário da complexidade contratual, especialmente no que se refere à gestão, fiscalização e responsabilização das partes consorciadas, com potenciais reflexos negativos na execução contratual e na mitigação de riscos, contrariando os princípios da eficiência e da segurança jurídica.

Sob o prisma concorrencial, cumpre destacar que a vedação não compromete a competitividade do certame, tendo em vista a existência de amplo número de agentes habilitados no mercado livre de energia, aptos a participar individualmente do certame, o que afasta qualquer risco de restrição indevida à competitividade, em consonância com o art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a jurisprudência dos Tribunais de Contas, em especial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, admite a vedação à participação de consórcios quando demonstrada sua desnecessidade e quando inexistente prejuízo à competitividade, requisitos estes plenamente atendidos na presente contratação.

Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de consórcios revela-se medida tecnicamente justificada, juridicamente válida e alinhada ao interesse público, devendo ser mantida no instrumento convocatório.

2.3. A presente contratação será realizada na modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global, em razão da natureza comum do objeto e da necessidade de contratação integrada do fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), de modo a assegurar eficiência, economicidade e adequada gestão contratual.

#### 2.4. Da Não Caracterização como Bem ou Serviço de Luxo

A presente contratação não se enquadra como bem ou serviço de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 4.580/2023 e demais normativos aplicáveis, observando os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

O objeto da contratação refere-se ao fornecimento contínuo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL, incluindo serviços acessórios de gestão energética e representação varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, destinados ao atendimento das unidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA.

Trata-se de contratação de natureza essencial e indispensável à continuidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico do Município de Jaguariúna, incluindo:

- captação de água bruta;
- tratamento de água;
- reservação;
- bombeamento;
- distribuição de água;
- operação dos sistemas de esgotamento sanitário;
- funcionamento das unidades operacionais e administrativas da Autarquia.

A contratação possui finalidade estritamente operacional e administrativa, não apresentando características de luxo, ostentação, sofisticação excessiva ou despesa incompatível com as finalidades da Administração Pública.

Ao contrário, a migração ao Ambiente de Contratação Livre – ACL busca promover:

- economicidade;
- eficiência administrativa;
- redução de custos operacionais;
- previsibilidade orçamentária;
- otimização da gestão energética;
- maior vantajosidade econômica para a Administração Pública.

Dessa forma, resta demonstrado que a presente contratação atende integralmente ao interesse público e não se caracteriza como bem ou serviço de luxo.



3. DADOS DAS UNIDADES CONSUMIDORAS

3.1 O volume-base total a ser contratado é de **50.640,98MWh** durante o período de 55 (cinquenta e cinco) meses. Os volumes mensais e anuais para 2026, 2027, 2028, 2029 e 2030, bem como as características da Energia Contratada estão descritos nas tabelas abaixo:

Tabela 1 - Volume por ano calendário

Tensão de Fornecimento (kV)	11,9kV
Localidade	Jaguariúna - SP
Período de Fornecimento	Quantidade de MWh
de 01/06/2026 à 31/12/2026	6.473.81
de 01/01/2027 à 31/12/2027	11.041,793
de 01/01/2028 à 31/12/2028	11.041,793
de 01/01/2029 à 31/12/2029	11.041,793
de 01/01/2030 à 31/12/2030	11.041,793

Tabela 2 - Volume por mês

CRONOGRAMA DE ENTREGA MENSAL DE ENERGIA CONTRATADA - (MWh)					
Mês	Ano 2026 - ENERGIA (MWh)	Ano 2027 - ENERGIA (MWh)	Ano 2028 - ENERGIA (MWh)	Ano 2029 - ENERGIA (MWh)	Ano 2030 - ENERGIA (MWh)
Janeiro	- x - x -	937,79	937,79	937,79	937,79
Fevereiro	- x - x -	847,04	847,04	847,04	847,04
Março	- x - x -	937,79	937,79	937,79	937,79

Abril	- x - x -	907,54	907,54	907,54	907,54
Maio	- x - x -	937,79	937,79	937,79	937,79
Junho	907,54	907,54	907,54	907,54	907,54
Julho	937,79	937,79	937,79	937,79	937,79
Agosto	937,79	937,79	937,79	937,79	937,79
Setembro	907,54	907,54	907,54	907,54	907,54
Outubro	937,79	937,79	937,79	937,79	937,79
Novembro	907,54	907,54	907,54	907,54	907,54
Dezembro	937,79	937,79	937,79	937,79	937,79
<b>Total</b>	<b>6.473,81</b>	<b>11.041,793</b>	<b>11.041,793</b>	<b>11.041,793</b>	<b>11.041,793</b>
<b>Total Geral 50.640,98 MWh</b>					

Tabela 3 - Características

CARACTERÍSTICAS DA ENERGIA CONTRATADA	
Ponto de Entrega	Centro de Gravidade do Submercado Sudeste (SE/CO)
Limites Contratuais:	
Sazonalidade	±10%
Flexibilidade Mensal	±30%
Modulação Horária	CARGA

3.2 Aquisição se dará na **Modalidade Atacadista**, de acordo com as regras do ambiente de livre contratação - ACL

**3.3 Sazonalização:** é o processo de divisão da Energia Contratada anual, expressa em MWh, em montantes mensais.

**3.4** Os montantes mensais de Energia Contratada (Sazonalizada), expressos em MW médio, poderão variar entre os limites percentuais de sazonalização definidos na “**Tabela 2 - Volume por mês**”, da Energia Contratada anual, também expressa em MW médio.

**3.5** Caso não seja especificada, assume-se sazonalização uniforme (flat). Sazonalização flat significa que é constante ao longo de cada ano do calendário civil.

**3.6 Flexibilidade Mensal:** é o processo de variação mensal da Energia Contratada Sazonalizada (vinculada a medição, ou seja, conforme a variação do consumo de cada unidade consumidora).

**3.7 Modulação:** é o processo pelo qual os montantes mensais de energia são distribuídos em valores horários preferencialmente conforme a medição.

**3.8 Fator de Perdas:** Fica fixado o fator de perdas de 3%.

**3.9 Recompra de Energia em Caso de Sobras Contratuais:**

**3.9.1** No âmbito da contratação de fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), caso haja sobra de energia decorrente de consumo inferior ao montante contratado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA, fica assegurada ao fornecedor a possibilidade de recompra dessa energia excedente.

**3.9.1.1** Nessas situações, a energia não consumida poderá ser recomprada pelo próprio fornecedor ou por outro fornecedor de energia do mercado, de forma que o volume excedente não seja objeto de faturamento ao SAAEJA, evitando a cobrança por energia não efetivamente consumida.

**3.9.1.2** A operacionalização da recompra deverá observar as regras e procedimentos estabelecidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), bem como a regulamentação vigente da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aplicável ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantindo transparência, rastreabilidade das operações e conformidade regulatória.

**3.9.1.3** A responsabilidade pela gestão dessa recompra, incluindo eventuais registros na CCEE e demais procedimentos operacionais, será da gestora do contrato, não gerando ônus adicional ao SAAEJA.

**3.4 CRITÉRIOS TÉCNICOS DE FORNECIMENTO:**

**3.4.1** A contratada deverá:

**3.4.2** Efetuar toda gestão junto a Comissão de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

**3.4.3** Fornecer assessoria e condução nos processos técnicos, comerciais, administrativos legais para mudança dos contratos no âmbito do ACR para o novo contrato no âmbito do ACL;

- 3.4.4** Se responsabilizar pelos custos de adequação do sistema de Medição para Faturamento - SMF, se assim houver necessidade;
- 3.4.5** Realizar as adequações necessárias ao SMF em atendimento as exigências que porventura houver pelos órgãos competentes;
- 3.4.6** Fornecer informações ao cliente, contratante, mensalmente, referente emissão de relatórios gerenciais, de medição e faturamento;
- 3.4.7** Realizar intermediação junto aos órgãos do setor competente de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL;
- 3.4.8** Efetuar o registro do Contrato na CCEE por meio do sistema CliqCCEE, ou outro que venha a substituí-lo, sendo permitidos ajustes sempre que necessário;
- 3.4.9** Demais demandas pertinentes ao fornecimento de energia elétrica e gestão junto a CCEE não previstas neste Termo de Referência e Edital.
- 3.4.10** Caso a energia contratada seja disponibilizada em Submercado diferente do Submercado da Compradora, a responsabilidade pela execução de preços de diferentes Submercados será da Contratada;
- 3.4.11** Será de responsabilidade da Contratada arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, tributos, encargos setoriais e encargos de transmissão, distribuição, conexão, perdas de distribuição, transmissão que porventura sejam devidas em face da disponibilização de energia elétrica contratada até o Centro de Gravidade, exceto os tributos de origem contratual com a Distribuidora local a título do "fio"/ CUSD.

## **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

4.1 Comprovação de que a PROPONENTE possui **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**: Ambas comprovações, abaixo detalhadas, são necessárias conforme Art. 3º da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 678, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015, que estabelece os requisitos e os procedimentos atinentes à obtenção e à manutenção de autorização para comercializar energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN.

- **Comprovação de autorização da ANEEL para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**, com despacho da ANEEL válido, autorizando a empresa a comercializar energia.
- **Comprovação de que é Agente na CCEE** - classe dos agentes Geradores Concessionários de Serviço Público; ou classe dos Produtores Independentes; ou na categoria de

comercialização - classe dos agentes Comercializadores e de que está adimplente com a CCEE: Declaração válida de Adimplemento, emitida pela CCEE identificando a empresa como agente na CCEE nas categorias mencionadas no item II.

**4.2** Apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado emitido por empresas consumidoras de energia, comprovando que o PROPONENTE efetuou fornecimento de energia 50% Incentivada pelo prazo de, pelo menos, 3 anos, em volume mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total da pretendida contratação e flexibilidades similares ao objeto desta contratação.

**4.2.1** Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: Empresa Consumidora; tipo de energia fornecida; volume contratado; flexibilidades contratuais; Submercado de fornecimento; data de início e término do fornecimento; nome, telefone e e-mail de pessoa para contato. Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado e devidamente datados e assinados.

**4.3** Declaração do PROPONENTE que possui lastro mínimo e suficiente para a venda de energia elétrica para o período de 01/06/2026 a 31/12/2030 na quantidade, em MW médios, de no mínimo 140% da quantidade de energia ofertada nesse Pregão, através de parque gerador próprio ou por contratos de compra de energia elétrica.

**4.4** Declaração do PROPONENTE dispõe de parque gerador de energia elétrica próprio ou é titular de direitos decorrentes de contratos de compra e venda de energia elétrica suficiente para cumprir com os compromissos de venda de energia elétrica que vier a assumir pela sua participação neste edital, bem como encontra-se neste momento desimpedida de qualquer outro compromisso, que restrinja a execução dessa Contratação.

## **5. FATURAMENTO E PAGAMENTO**

**5.1** O faturamento da energia será realizado mensalmente, mediante o regular registro da energia no sistema CLIQCCEE, em conformidade com a quantidade de Energia Mensal Faturável, em megawatts-hora, e o Preço Contratual, e será objeto de uma única Nota Fiscal/Fatura, com pagamento mensal do valor efetivamente devido no período.

**5.2.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do aceite definitivo da fatura/conta de energia elétrica, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após a verificação da regular execução do objeto e do cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, devendo a fatura estar em conformidade com os dados do contrato e com as medições e registros de consumo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, quando aplicável, bem como acompanhada das comprovações de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigidas, ficando o prazo suspenso na hipótese de erro, inconsistência ou divergência nos valores faturados, inclusive quanto aos encargos setoriais e componentes tarifários, reiniciando-se sua contagem após a devida regularização.

## **6. FISCALIZAÇÃO**

**6.1** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual e estará sujeita, além das obrigações contratuais e do presente Termo de Referência, às regras da CCEE e da ANEEL pertinentes.

## **7. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

**7.1** O prazo de vigência do contrato será de 55 (cinquenta e cinco) meses, contados a partir de 01 de junho de 2026, podendo ser alterado conforme as disposições deste instrumento e da legislação aplicável.

**7.2** O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo.

**7.3** O prazo de fornecimento de energia elétrica será de 55 (cinquenta e cinco) meses, contados a partir da data de início do suprimento.

**7.4** A data de início do suprimento está inicialmente prevista para 01 de junho de 2026, podendo ser postergada por até 60 (dias) corridos, mediante comunicação formal da CONTRATANTE, sem que tal alteração gere à CONTRATADA direito a aplicação de penalidades, indenizações, reequilíbrio econômico-financeiro ou quaisquer ônus adicionais.

**7.5** A eventual postergação prevista no item anterior poderá ocorrer em razão de circunstâncias administrativas ou operacionais relacionadas à tramitação do processo licitatório, formalização contratual, adequações necessárias para migração das unidades consumidoras ao Ambiente de Contratação Livre – ACL, procedimentos junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, à distribuidora local ou a outros agentes do setor elétrico.

**7.6** Na hipótese de alteração da data de início do suprimento, o prazo de fornecimento estabelecido no item 7.3 permanecerá inalterado, passando a ser contado a partir da efetiva data de início do suprimento.

## **8. GARANTIAS CONTRATUAIS**

**8.1** Por praxe mercadológica, ante o volume da pretendida aquisição, as contratações de montante de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL são amparadas por Caução em dinheiro, Seguro-Garantia ou Fiança Bancária como forma de viabilizar e assegurar os contratantes de condições mínimas dos cumprimentos contratuais, nesse sentido é aplicável a garantia contratual mútua aos contratantes na seguinte forma:

**8.2** A CONTRATADA deverá oferecer em favor da CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, garantia contratual na forma de Caução em dinheiro, Seguro-Garantia ou Fiança Bancária no valor equivalente à 5% (cinco) por cento do valor contratual celebrado, nos moldes do artigo 96 a 102 da Lei Federal n. 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

## 9. REAJUSTES

**9.1** Os valores contratuais permanecerão válidos pelo período de 12 (doze) meses. Após esse prazo, poderão ser reajustados anualmente, de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

### 9.2 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação foi apurado com base em orçamentos de mercado, considerando o consumo projetado de energia elétrica no montante de 50.640,98 MWh e o preço médio estimado de R\$ 277,99 por MWh, resultando no valor global de R\$ 14.077.686,03 (quatorze milhões, setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e três centavos).

Ressalta-se que os valores adotados refletem as condições atualmente praticadas no mercado, especialmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), servindo como referência para a adequada instrução do processo licitatório e para a análise de vantajosidade da contratação.

## 10. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

**10.1** De forma a comprovar a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico- financeira e técnica **a arrematante deverá apresentar:**

### 10.1.1 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

**10.1.1.1** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou seja, o contrato com todas as alterações ou a sua consolidação, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentação de eleição de seus administradores; e

**10.1.2** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício.

### 10.2 DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

#### 10.2.1 Prova de inscrição no CNPJ;

**10.2.1.1** A licitante deverá ter, no campo “Código e Descrição de Atividade Econômica Principal” ou “Código e Descrição de Atividade Econômica Secundárias”, a indicação de atividade pertinente com o objeto desta licitação.

**10.2.2** Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da Proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor. Não constando do documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

**10.2.2.1** A regularidade para com a **Fazenda Federal** deverá ser comprovada pela apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de

Negativa relativa a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, a qual abrange inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei n.º 8.212/1991, emitida através de sistema presencial, ficando a sua aceitação condicionada a verificação de veracidade via Internet.

**10.2.2.2** A regularidade para com a **Fazenda Estadual** deverá ser comprovada pela apresentação da prova de regularidade de débitos **inscritos e não inscritos** em dívida ativa.

**10.2.3** Na hipótese de a licitante não possuir certidões negativas de débitos (em qualquer esfera de governo), serão aceitas:

**10.2.3.1** Certidão Positiva de Débito (CPD) com efeito de negativa.

**10.2.3.2** Certidão Positiva de Débito (CPD) com comprovação de suspensão da

exigibilidade por decisão judicial, neste caso deverá ser apresentada a competente certidão de “objeto e pé”.

**10.2.4** Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, emitida, se a Proponente assim o preferir, através de sistema presencial, ficando nesse caso sua aceitação condicionada à verificação de sua veracidade via Internet.

**10.2.5** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII -A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

**10.2.6** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**10.2.6.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Ceasa/Campinas, para a regularização da documentação.

**10.2.6.1.1** A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista consoante o disposto no item 1.2.6.1, implicará decadência no direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas, sendo facultado à Ceasa/Campinas convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

## **10.3 DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**10.3.1** Certidão Negativa de pedido de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a **60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas comerciais**, se outro prazo não constar do documento.



**10.3.1.1** Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante de homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial /extrajudicial em vigor.

**10.3.2** Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, compreendendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, ou Balanço de Abertura caso a empresa tenha sido constituída no exercício social em curso, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As demonstrações contábeis deverão ser extraídas do Livro Diário, e deste deverão ser apresentados os termos de abertura e de encerramento, devidamente registrados em Cartório ou Junta Comercial. Para as empresas obrigadas em adotar a ECD - Escrituração Contábil Digital, de acordo com a INRFB n.º 2003/2021, as demonstrações contábeis deverão ser extraídas da escrituração digital (SPED), com o respectivo recibo de entrega.

**10.3.2.1** Alternativamente, poderá ser apresentada a publicação das demonstrações contábeis no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação na sede ou domicílio da empresa licitante.

### **10.3.3 Do Patrimônio Líquido:**

**10.3.3.1** Para fins de comprovação do patrimônio líquido, a empresa licitante deverá apresentar prova de patrimônio líquido mínimo de **R\$ 2.800.000,00** (dois milhões e oitocentos mil).

### **10.3.4 Dos Índices de Liquidez:**

**10.3.4.1** A boa situação financeira da licitante será analisada de forma objetiva, mediante cálculo de índices financeiros. Exige-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Liquidez Geral (ILG) iguais ou maiores de 1,0 (um).

**10.3.4.1.1** Caso o Índice de Liquidez Corrente (ILC) seja menor de 1,0 (um) e maior ou igual de 0,9 (nove décimos) a licitante estará habilitada se comprovar que possui Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Solvência Geral (SG) iguais ou maiores que 1,0 (um).

**10.3.4.2 Os índices financeiros serão operacionalizados de acordo com as seguintes regras e definições:**

**10.3.4.2.1 Índice de Liquidez Corrente (ILC)** - indica o quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

Ativo Circulante

**ILC** =----- = igual ou superior a **1,0**

Passivo Circulante

**10.3.4.2.2 Índice de Liquidez Geral (ILG)** - indica o quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis até o curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

**ILG** = ----- = igual ou superior a **1,0**

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

**10.3.4.2.3 Índice de Solvência Geral (SG)** - indica o quanto a empresa dispõe em ativos **(totais)** para pagamento do total de suas dívidas. Envolvem, além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Ativo Total

**SG** = ----- = igual ou superior a **1,0**

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

### **10.3.5 Declaração Tributária:**

**10.3.5.1** Declarar a opção tributária da empresa, ou seja, o regime de tributação (Lucro Real, Lucro Presumido ou outro), conforme modelo de proposta.

### **10.4 DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**10.4.1** Comprovação de que a PROPONENTE possui **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**: Ambas comprovações, abaixo detalhadas, são necessárias conforme Art. 3º da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 678, DE 1º DE SETEMBRO DE

2015, que estabelece os requisitos e os procedimentos atinentes à obtenção e à manutenção de autorização para comercializar energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN.

- I. - **Comprovação de autorização da ANEEL para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**, com despacho da ANEEL válido, autorizando a empresa a comercializar energia.
- II. - **Comprovação de que é Agente na CCEE** - classe dos agentes Geradores Concessionários de Serviço Público; ou classe dos Produtores Independentes; ou na categoria de comercialização - classe dos agentes Comercializadores e de que está adimplente com a CCEE: Declaração válida de Adimplemento, emitida pela CCEE identificando a empresa como agente na CCEE nas categorias mencionadas no item II.

**10.4.2** Apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado emitido por empresas consumidoras de energia, comprovando que o PROPONENTE efetuou fornecimento de energia convencional pelo prazo de, pelo menos, 3 anos, em volume mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total da pretendida contratação e flexibilidades similares ao objeto desta contratação.

**10.4.2.1** Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: Empresa Consumidora; tipo de energia fornecida; volume contratado; flexibilidades contratuais; Submercado de fornecimento; data de início e término do fornecimento; nome, telefone e e-mail de pessoa para contato. Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado e devidamente datados e assinados.

**10.4.3** Declaração do PROPONENTE que possui lastro mínimo e suficiente para a venda de energia elétrica para o período de 01/06/2026 a 31/12/2030 na quantidade, em MW médios, de no mínimo 110% da quantidade de energia ofertada nesse Pregão, através de parque gerador próprio ou por contratos de compra de energia elétrica.

**10.4.4** Declaração do PROPONENTE dispõe de parque gerador de energia elétrica próprio ou é titular de direitos decorrentes de contratos de compra e venda de energia elétrica suficiente para cumprir com os compromissos de venda de energia elétrica que vier a assumir pela sua participação neste Edital, bem como encontra-se neste momento desimpedida de qualquer outro compromisso, que restrinja a execução dessa Contratação.

## **11. Descrição da solução como um todo**

11.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL, incluindo a gestão, comercialização, representação varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e demais serviços acessórios necessários ao atendimento integral das unidades consumidoras do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA.

A contratação tem como finalidade promover maior eficiência econômica e previsibilidade orçamentária nos custos com energia elétrica da Autarquia, considerando o elevado consumo energético necessário à operação contínua dos sistemas de saneamento básico do Município de Jaguariúna.

A solução contempla a migração das unidades consumidoras elegíveis atualmente atendidas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, mantendo-se a utilização da infraestrutura física da concessionária distribuidora local, responsável pelo transporte da energia elétrica até as unidades consumidoras.

Nesse modelo, a solução operacional passa a ser segregada em duas relações contratuais distintas e complementares:

I – contratação da energia elétrica no ACL junto à comercializadora varejista vencedora do certame;

II – manutenção do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD junto à concessionária distribuidora local, responsável pela disponibilização da rede elétrica e cobrança das tarifas reguladas de distribuição.

A solução engloba:

- fornecimento contínuo de energia elétrica incentivada e/ou convencional, conforme condições do mercado e viabilidade regulatória;
- gestão e representação varejista perante a CCEE;
- suporte técnico regulatório e operacional;
- gerenciamento da migração das unidades consumidoras;
- acompanhamento do consumo energético;
- emissão de relatórios gerenciais;
- suporte na gestão contratual energética;
- atendimento às obrigações regulatórias do setor elétrico;
- mitigação de exposição ao mercado de curto prazo;

- previsibilidade de custos energéticos.

A solução também considera a continuidade operacional das unidades essenciais do SAAEJA, incluindo:

- captação de água bruta;
- estações elevatórias;
- estações de tratamento de água;
- reservatórios;
- sistemas de bombeamento;
- unidades administrativas e operacionais;
- sistemas de esgotamento sanitário.

A adoção do Ambiente de Contratação Livre – ACL mostra-se tecnicamente adequada diante do perfil de consumo contínuo e elevado da Autarquia, permitindo maior competitividade na aquisição da parcela “energia”, atualmente um dos principais componentes de custo operacional do sistema de saneamento.

Importante destacar que a solução não implica alteração da infraestrutura física de distribuição elétrica existente, permanecendo a concessionária local responsável pelo fornecimento físico da energia, manutenção da rede, qualidade do sistema elétrico e cobrança das tarifas reguladas de distribuição (TUSD), nos termos da regulamentação da ANEEL.

A contratação contempla ainda:

- previsibilidade orçamentária;
- potencial redução de custos operacionais;
- maior flexibilidade comercial;
- otimização da gestão energética;
- modernização da gestão de insumos estratégicos;
- maior eficiência administrativa na contratação de energia elétrica.

A solução foi definida após análise das alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, operacionais, regulatórios e econômicos, concluindo-se que a migração ao Ambiente de Contratação Livre – ACL representa a alternativa mais vantajosa para atendimento das necessidades do SAAEJA, observados os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

## 12. Requisitos da Contratação

12.1 A presente contratação possui natureza técnica especializada e objetiva o fornecimento contínuo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL para atendimento das unidades consumidoras do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e demais normas aplicáveis ao setor elétrico brasileiro.

A futura contratada deverá possuir plena capacidade técnica, operacional, regulatória e financeira para execução integral do objeto, incluindo o fornecimento de energia elétrica, gestão contratual energética e representação varejista perante a CCEE.

Constituem requisitos mínimos da contratação:

### I – Requisitos Técnicos e Operacionais

- a) a contratada deverá atuar regularmente no Ambiente de Contratação Livre – ACL, estando devidamente habilitada perante os órgãos reguladores e setoriais competentes;
- b) a contratada deverá possuir autorização, habilitação ou registro compatível com a comercialização varejista de energia elétrica, nos termos das regulamentações da ANEEL e da CCEE;
- c) a contratada deverá possuir capacidade operacional para atendimento integral das unidades consumidoras indicadas pelo SAAEJA, durante toda a vigência contratual;
- d) a contratada deverá garantir o fornecimento contínuo da energia elétrica contratada, observadas as condições regulatórias e operacionais do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- e) a contratada deverá realizar a gestão e representação varejista do SAAEJA perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, incluindo obrigações regulatórias, contabilização e suporte operacional;
- f) a contratada deverá prestar suporte técnico durante o processo de migração das unidades consumidoras do Ambiente de Contratação Regulada – ACR para o Ambiente de Contratação Livre – ACL;

g) a contratada deverá disponibilizar canais de atendimento técnico e administrativo durante toda a execução contratual;

h) a contratada deverá fornecer relatórios gerenciais de consumo, faturamento e acompanhamento energético, sempre que solicitado pela Administração;

i) a contratada deverá observar integralmente as normas técnicas, regulatórias, ambientais e de segurança aplicáveis ao setor elétrico nacional.

## II – Requisitos de Regularidade Jurídica, Fiscal e Trabalhista

A futura contratada deverá apresentar toda documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, incluindo:

- regularidade fiscal perante União, Estado e Município;
- regularidade perante FGTS;
- regularidade trabalhista;
- habilitação jurídica compatível com o objeto;
- qualificação econômico-financeira;
- inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.

## III – Requisitos de Qualificação Técnica

A licitante deverá demonstrar aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de documentos e/ou atestados que comprovem experiência em comercialização e gestão de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Poderá ser exigida comprovação de:

- atuação como comercializadora varejista ou agente autorizado no ACL;
- experiência em atendimento a unidades consumidoras de médio e/ou grande porte;
- capacidade de gestão perante a CCEE;
- experiência em fornecimento contínuo de energia elétrica.

## IV – Requisitos Regulatórios

A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual:

- regularidade perante a ANEEL;
- regularidade perante a CCEE;
- regularidade operacional no mercado livre de energia;
- adimplência junto aos órgãos regulatórios e setoriais competentes.

## V – Requisitos da Execução Contratual

A contratação deverá assegurar:

- continuidade do fornecimento energético;
- estabilidade operacional das unidades do SAAEJA;
- previsibilidade orçamentária;
- segurança regulatória;
- mitigação de riscos operacionais;
- conformidade com as normas do setor elétrico.

A contratada será responsável pelos procedimentos necessários à operacionalização da migração para o ACL, observando os prazos regulatórios e exigências técnicas aplicáveis.

## VI – Requisitos de Sustentabilidade e Eficiência

A solução contratada deverá contribuir para:

- maior eficiência na gestão energética;
- racionalização dos custos públicos;
- otimização do consumo energético;
- modernização da gestão operacional do SAAEJA;
- melhoria da eficiência administrativa e financeira da Autarquia.

## VII – Requisitos Gerais

A contratação não envolverá dedicação exclusiva de mão de obra, tratando-se de fornecimento contínuo de energia elétrica com serviços acessórios especializados de gestão e comercialização no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A futura contratada deverá assumir integral responsabilidade pela execução do objeto contratado, observando os princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade e interesse público, especialmente em razão da essencialidade dos serviços de saneamento prestados pelo SAAEJA.

## 13. Modelo de Execução do Objeto

13.1 A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento contínuo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL, compreendendo a comercialização de energia, gestão energética, representação varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e demais serviços acessórios necessários ao atendimento das unidades consumidoras do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA.

A contratação será executada de forma indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, considerando o consumo efetivamente apurado em MWh durante a vigência contratual, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, contrato e regulamentações aplicáveis ao setor elétrico.

A execução contratual compreenderá as seguintes etapas:

### I – Etapa de Transição e Migração para o ACL

Após a assinatura do contrato, a contratada deverá promover todos os atos necessários à operacionalização da migração das unidades consumidoras do SAAEJA do Ambiente de Contratação Regulada – ACR para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, incluindo:

- suporte técnico e operacional junto à distribuidora local;
- acompanhamento dos prazos regulatórios;
- procedimentos perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;
- adequações cadastrais necessárias;
- procedimentos regulatórios de migração;
- suporte documental e operacional à Administração.

A contratada deverá assegurar que a migração ocorra sem interrupção do fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras do SAAEJA.

### II – Fornecimento de Energia Elétrica

A contratada será responsável pelo fornecimento contínuo da energia elétrica contratada durante toda a vigência do contrato, observando:

- quantitativos estimados de consumo;
- condições regulatórias do ACL;
- modulação e sazonalização contratual, quando aplicável;
- equilíbrio contratual de consumo;
- gerenciamento de exposição ao mercado de curto prazo.

O fornecimento deverá atender integralmente às necessidades operacionais das unidades consumidoras vinculadas ao contrato.

### III – Gestão e Representação Varejista

A contratada realizará a representação varejista do SAAEJA perante a CCEE, assumindo as obrigações operacionais e regulatórias necessárias à participação da Autarquia no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Constituem responsabilidades da contratada:

- gestão operacional junto à CCEE;
- contabilização de energia;
- gerenciamento contratual energético;
- acompanhamento regulatório;
- emissão de relatórios gerenciais;
- suporte técnico especializado;
- administração dos contratos de energia vinculados ao ACL.

### IV – Relação com a Distribuidora Local

A utilização da infraestrutura física de distribuição permanecerá vinculada à concessionária distribuidora local, responsável por:

- transporte da energia elétrica;
- manutenção da rede de distribuição;
- qualidade do fornecimento;
- cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD;
- encargos regulados;
- demanda contratada.

A presente contratação não transfere à contratada obrigações relacionadas à operação física da rede elétrica da distribuidora.

#### V – Medição e Faturamento

O consumo de energia elétrica será apurado com base nas medições oficiais realizadas pela distribuidora local e registradas no sistema de contabilização aplicável.

O faturamento observará:

- consumo efetivamente registrado;
- preço contratado do MWh;
- condições previstas no contrato;
- encargos eventualmente incidentes;
- critérios regulatórios aplicáveis.

A contratada deverá disponibilizar relatórios mensais contendo:

- histórico de consumo;
- memória de cálculo do faturamento;
- demonstrativos de preços aplicados;
- acompanhamento contratual energético;
- indicadores de desempenho energético.

#### VI – Fiscalização e Acompanhamento

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelos servidores formalmente designados pelo SAAEJA, competindo à fiscalização:

- acompanhar a execução do contrato;
- verificar conformidade dos serviços prestados;
- validar medições e faturamentos;
- registrar ocorrências;
- solicitar esclarecimentos e correções;
- acompanhar o desempenho contratual.

#### VII – Continuidade Operacional

Considerando a essencialidade dos serviços públicos de saneamento prestados pelo SAAEJA, a contratada deverá garantir a continuidade do fornecimento energético durante toda a vigência contratual, adotando medidas preventivas e operacionais para mitigação de riscos relacionados ao abastecimento de energia.

#### VIII – Obrigações Gerais da Contratada

A contratada deverá:

- cumprir integralmente a regulamentação da ANEEL e da CCEE;
- manter regularidade operacional no ACL;
- garantir suporte técnico especializado;
- manter sigilo das informações operacionais do SAAEJA;
- responsabilizar-se pelos atos necessários à adequada execução contratual;
- comunicar imediatamente quaisquer situações que possam impactar o fornecimento ou gestão energética das unidades consumidoras.

#### IX – Vigência e Execução Continuada

A execução do objeto ocorrerá de forma contínua durante toda a vigência contratual, considerando a necessidade permanente de fornecimento de energia elétrica para manutenção das atividades operacionais do SAAEJA, especialmente dos sistemas de captação, tratamento, reservação, bombeamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.

## 14. Modelo de Gestão do Contrato

A gestão do contrato será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, transparência e interesse público, considerando a natureza contínua e estratégica do fornecimento de energia elétrica para operação dos sistemas de saneamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo aos fiscais e gestores do contrato o acompanhamento técnico, administrativo e operacional da execução do objeto.

### I – Gestão e Fiscalização Contratual

A gestão do contrato compreenderá:

- acompanhamento da execução contratual;
- controle dos consumos energéticos;
- verificação dos faturamentos emitidos;
- conferência dos preços aplicados;
- fiscalização da regularidade da prestação dos serviços;
- monitoramento do cumprimento das obrigações contratuais;
- registro de ocorrências;
- adoção de medidas corretivas quando necessárias.

A fiscalização será exercida por fiscal técnico e/ou administrativo formalmente designados, podendo contar com apoio de outros setores da Autarquia sempre que necessário.

### II – Competências da Fiscalização

Compete aos fiscais do contrato:

- a) acompanhar a execução do fornecimento de energia elétrica e dos serviços acessórios vinculados ao ACL;
- b) verificar a conformidade da execução contratual com o Termo de Referência, proposta comercial e contrato firmado;
- c) conferir medições, relatórios gerenciais e faturamentos apresentados pela contratada;
- d) verificar eventual ocorrência de inconsistências nos valores cobrados;
- e) acompanhar os procedimentos de migração e operação no Ambiente de Contratação Livre – ACL;
- f) registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- g) solicitar esclarecimentos, adequações e correções à contratada, quando necessário;
- h) comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades verificadas durante a execução do contrato;
- i) acompanhar os indicadores de desempenho energético e operacional vinculados ao objeto.

### III – Obrigações da Contratada na Gestão Contratual

A contratada deverá:

- manter canal permanente de comunicação com o SAAEJA;
- disponibilizar suporte técnico e administrativo durante toda a execução contratual;
- apresentar relatórios periódicos de consumo e faturamento;
- fornecer informações necessárias à fiscalização contratual;
- comunicar previamente quaisquer situações que possam impactar o fornecimento ou a gestão energética das unidades consumidoras;
- manter regularidade perante ANEEL, CCEE e demais órgãos regulatórios;
- atender prontamente às solicitações da fiscalização.

### IV – Controle de Consumo e Faturamento

O acompanhamento do consumo energético será realizado com base:

- nas medições oficiais da distribuidora local;
- nos relatórios emitidos pela contratada;



- nos dados de contabilização do ACL;
- nos históricos de consumo das unidades consumidoras.

Os faturamentos serão conferidos pela fiscalização contratual, observando:

- preço contratado do MWh;
- consumo efetivamente registrado;
- encargos incidentes;
- conformidade com as condições contratuais;
- memória de cálculo apresentada.

#### V – Gestão de Riscos Contratuais

A gestão contratual observará a matriz de riscos constante do processo administrativo, com monitoramento contínuo dos riscos operacionais, regulatórios, financeiros e de fornecimento energético relacionados ao Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Serão adotadas medidas preventivas e corretivas visando:

- continuidade do fornecimento energético;
- mitigação de riscos operacionais;
- estabilidade da execução contratual;
- segurança regulatória;
- proteção do interesse público.

#### VI – Comunicação entre as Partes

A comunicação oficial entre contratante e contratada ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico, mediante:

- e-mail institucional;
- relatórios técnicos;
- notificações formais;
- registros administrativos;
- plataforma digital eventualmente disponibilizada pela contratada.

#### VII – Avaliação de Desempenho

A execução contratual poderá ser avaliada periodicamente pela Administração, considerando:

- regularidade do fornecimento;
- qualidade da prestação dos serviços;
- conformidade dos faturamentos;
- atendimento das obrigações regulatórias;
- suporte técnico prestado;
- eficiência operacional;
- cumprimento das condições contratuais.

#### VIII – Penalidades e Medidas Administrativas

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Termo de Referência e no contrato administrativo, observados o contraditório e a ampla defesa.

#### IX – Continuidade do Serviço Público

Considerando a essencialidade dos serviços públicos de saneamento prestados pelo SAAEJA, a gestão contratual deverá priorizar medidas voltadas à continuidade operacional dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, garantindo segurança energética e estabilidade operacional às unidades consumidoras da Autarquia.

## 15. Critérios de Medição e Pagamento

15.1 A gestão do contrato será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, transparência e interesse público, considerando a natureza contínua e estratégica do fornecimento de energia elétrica para operação dos sistemas de saneamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo aos fiscais e gestores do contrato o acompanhamento técnico, administrativo e operacional da execução do objeto.

#### I – Gestão e Fiscalização Contratual

A gestão do contrato compreenderá:

- acompanhamento da execução contratual;
- controle dos consumos energéticos;
- verificação dos faturamentos emitidos;
- conferência dos preços aplicados;
- fiscalização da regularidade da prestação dos serviços;
- monitoramento do cumprimento das obrigações contratuais;
- registro de ocorrências;
- adoção de medidas corretivas quando necessárias.

A fiscalização será exercida por fiscal técnico e/ou administrativo formalmente designados, podendo contar com apoio de outros setores da Autarquia sempre que necessário.

#### II – Competências da Fiscalização

Compete aos fiscais do contrato:

- a) acompanhar a execução do fornecimento de energia elétrica e dos serviços acessórios vinculados ao ACL;
- b) verificar a conformidade da execução contratual com o Termo de Referência, proposta comercial e contrato firmado;
- c) conferir medições, relatórios gerenciais e faturamentos apresentados pela contratada;
- d) verificar eventual ocorrência de inconsistências nos valores cobrados;
- e) acompanhar os procedimentos de migração e operação no Ambiente de Contratação Livre – ACL;
- f) registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- g) solicitar esclarecimentos, adequações e correções à contratada, quando necessário;
- h) comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades verificadas durante a execução do contrato;
- i) acompanhar os indicadores de desempenho energético e operacional vinculados ao objeto.

#### III – Obrigações da Contratada na Gestão Contratual

A contratada deverá:

- manter canal permanente de comunicação com o SAAEJA;
- disponibilizar suporte técnico e administrativo durante toda a execução contratual;
- apresentar relatórios periódicos de consumo e faturamento;
- fornecer informações necessárias à fiscalização contratual;
- comunicar previamente quaisquer situações que possam impactar o fornecimento ou a gestão energética das unidades consumidoras;
- manter regularidade perante ANEEL, CCEE e demais órgãos regulatórios;
- atender prontamente às solicitações da fiscalização.

#### IV – Controle de Consumo e Faturamento

O acompanhamento do consumo energético será realizado com base:

- nas medições oficiais da distribuidora local;
- nos relatórios emitidos pela contratada;
- nos dados de contabilização do ACL;
- nos históricos de consumo das unidades consumidoras.

Os faturamentos serão conferidos pela fiscalização contratual, observando:

- preço contratado do MWh;
- consumo efetivamente registrado;

- encargos incidentes;
- conformidade com as condições contratuais;
- memória de cálculo apresentada.

#### V – Gestão de Riscos Contratuais

A gestão contratual observará a matriz de riscos constante do processo administrativo, com monitoramento contínuo dos riscos operacionais, regulatórios, financeiros e de fornecimento energético relacionados ao Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Serão adotadas medidas preventivas e corretivas visando:

- continuidade do fornecimento energético;
- mitigação de riscos operacionais;
- estabilidade da execução contratual;
- segurança regulatória;
- proteção do interesse público.

#### VI – Comunicação entre as Partes

A comunicação oficial entre contratante e contratada ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico, mediante:

- e-mail institucional;
- relatórios técnicos;
- notificações formais;
- registros administrativos;
- plataforma digital eventualmente disponibilizada pela contratada.

#### VII – Avaliação de Desempenho

A execução contratual poderá ser avaliada periodicamente pela Administração, considerando:

- regularidade do fornecimento;
- qualidade da prestação dos serviços;
- conformidade dos faturamentos;
- atendimento das obrigações regulatórias;
- suporte técnico prestado;
- eficiência operacional;
- cumprimento das condições contratuais.

#### VIII – Penalidades e Medidas Administrativas

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Termo de Referência e no contrato administrativo, observados o contraditório e a ampla defesa.

#### IX – Continuidade do Serviço Público

Considerando a essencialidade dos serviços públicos de saneamento prestados pelo SAAEJA, a gestão contratual deverá priorizar medidas voltadas à continuidade operacional dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, garantindo segurança energética e estabilidade operacional às unidades consumidoras da Autarquia.

## 16. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

16.1 A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições constantes do Termo de Referência, edital e demais normas aplicáveis ao setor elétrico nacional.

A adoção da modalidade Pregão Eletrônico mostra-se adequada em razão da natureza comum do objeto, considerando que os serviços de comercialização e fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL possuem padrões usuais de mercado, especificações objetivamente definidas e ampla competitividade entre os agentes do setor.

#### I – Forma de Seleção

A contratação será realizada por meio de disputa eletrônica, em plataforma oficial adotada pela Administração Pública, assegurando:

- ampla competitividade;
- isonomia entre os licitantes;

- transparência do procedimento;
- seleção da proposta mais vantajosa;
- economicidade da contratação;
- eficiência administrativa.

O julgamento das propostas observará o menor preço unitário por MWh ofertado para fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL, conforme quantitativos estimados no processo administrativo.

## II – Critério de Julgamento

O critério de julgamento será o de menor preço, considerando:

- valor unitário do MWh;
- condições comerciais apresentadas;
- custos operacionais vinculados ao ACL;
- encargos relacionados à comercialização;
- gestão e representação varejista perante a CCEE.

Serão desclassificadas as propostas que:

- apresentarem preços inexequíveis;
- estiverem em desacordo com o Termo de Referência;
- não atenderem às exigências técnicas e regulatórias;
- apresentarem inconsistências insanáveis;
- contiverem vícios que comprometam sua validade.

## III – Requisitos de Habilitação

A licitante deverá apresentar documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e edital do certame.

A habilitação técnica deverá demonstrar aptidão da licitante para execução do objeto, podendo ser exigidos:

- comprovação de atuação no Ambiente de Contratação Livre – ACL;
- regularidade perante a ANEEL;
- regularidade perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;
- experiência em comercialização varejista de energia elétrica;
- capacidade operacional para atendimento das unidades consumidoras do SAAEJA;
- atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto licitado.

## IV – Qualificação Econômico-Financeira

Considerando a relevância operacional da contratação e os riscos inerentes ao mercado de energia elétrica, poderá ser exigida comprovação de capacidade econômico-financeira compatível com a execução contratual, observando os limites legais e a proporcionalidade das exigências.

## V – Regularidade Regulatória

A futura contratada deverá manter, durante toda a execução contratual:

- regularidade operacional perante a ANEEL;
- regularidade perante a CCEE;
- habilitação para atuação no ACL;
- adimplência perante os órgãos regulatórios competentes.

## VI – Vedação de Participação

Não poderão participar do certame empresas:

- impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- declaradas inidôneas;
- suspensas na forma da legislação vigente;
- que não atendam às exigências regulatórias do setor elétrico;
- em desacordo com as condições estabelecidas no edital.

## VII – Compatibilidade da Solução

A seleção do fornecedor observará a compatibilidade da proposta com as necessidades operacionais do SAAEJA, especialmente quanto:

- à continuidade do fornecimento energético;
- à segurança regulatória;
- à estabilidade operacional;
- à previsibilidade de custos;
- à eficiência da gestão energética.

## VIII – Vantajosidade da Contratação

A escolha da proposta vencedora observará não apenas o menor preço ofertado, mas também a capacidade técnica e operacional da licitante para assegurar a adequada execução contratual, considerando a essencialidade dos serviços públicos de saneamento prestados pelo SAAEJA e a necessidade de fornecimento contínuo e seguro de energia elétrica às unidades operacionais da Autarquia.

## 17. Indicação da Adequação Orçamentária

17.1 A presente contratação possui adequação orçamentária e financeira, encontrando-se compatível com o planejamento orçamentário do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAAEJA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como das demais normas aplicáveis à Administração Pública.

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Autarquia, conforme reservas de dotação juntadas aos autos do processo administrativo, observando-se a disponibilidade financeira e orçamentária necessária à execução contratual.

Constam nos autos:

- reserva de dotação orçamentária;
- estimativa de impacto orçamentário-financeiro;
- manifestação do ordenador de despesas;
- compatibilidade com as ações e atividades administrativas do SAAEJA.

A contratação pretendida refere-se à manutenção de atividade essencial e contínua da Administração Pública, vinculada diretamente à operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Jaguariúna, tratando-se de despesa indispensável à continuidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

A previsão orçamentária destinada à contratação contempla as despesas relacionadas:

- ao fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL;
- aos serviços acessórios de gestão e comercialização energética;
- às obrigações operacionais vinculadas ao consumo energético das unidades do SAAEJA.

Importante destacar que os custos relativos ao uso do sistema de distribuição de energia elétrica (TUSD, demanda contratada e encargos regulados) permanecerão vinculados às respectivas faturas emitidas pela concessionária distribuidora local, observando a segregação regulatória aplicável ao Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A contratação mostra-se compatível com os instrumentos de planejamento financeiro e operacional da Autarquia, considerando:

- o caráter contínuo do consumo energético;
- a essencialidade dos serviços públicos prestados;
- a necessidade permanente de operação das unidades de saneamento;
- a previsão de economicidade decorrente da migração ao ACL.

Dessa forma, resta demonstrada a adequação orçamentária e financeira da presente contratação, observadas as disposições legais e os princípios da responsabilidade fiscal, eficiência e continuidade do serviço público.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALICE BORTOLOTTI VALSECHI**

Responsável pela contratação direta



*Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 10:50:22.*

**WANDERLEY TEODORO FILHO**

Responsável pela contratação direta

**MARIA TERESA DE TOLEDO LIMA**

Responsável pela contratação direta